



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____/____
Folha: _____

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 13 DA CÂMARA MUNICIPAL DE
PENAMACOR NO DIA 4 DE JULHO DE 2018.**

Aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Ratificação à Alteração Orçamental N.º 7/2018 e Alteração às Grandes Opções do Plano N.º 7/2018; -----

2. Proc. N.º MB - 06/2018: “Requalificação Urbana do Centro de Aranhas” – Formação de Contrato de Empreitada de Obras Públicas; -----

3. Projeto de “Emparcelamento Simples”, denominado Lote II (casa Pimentel). Proposta de aprovação submetida à Câmara por José Faro de Sousa Pimentel e Irmãos; -----

4. Projeto de “Emparcelamento Simples”, denominado Lote III (casa Pimentel). Proposta de aprovação submetida à Câmara por José Faro de Sousa Pimentel e Irmãos; -----

5. Adjudicação - Procedimento de Aquisição de Serviços para a abertura de Faixas de Interrupção de Combustível (FIC) na Rede Primária de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI), em áreas não prioritárias em 140,52km; -----

6. Finanças Municipais. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Manuel Joaquim Ribeiro Robalo, Domingos Manuel Bicho Torrão, comigo Maria do Céu Gonçalves Clemente Lopes Crucho, Coordenadora Técnica, a secretariar. -----

-

As senhoras vereadoras Sandra Maria Pires Vicente e Anabela Castilho Campos não compareceram à reunião por se encontrarem em gozo de férias, considerando-se as faltas justificadas. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram dez horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 13 de junho do ano de dois mil e dezoito, cuja fotocópia foi antecipadamente distribuída a todos os membros do executivo. -----

Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar: -----

O Sr. Vereador Domingos Torrão perguntou sobre o ponto de situação de um processo que se encontra em tribunal, de uma sociedade de advogados a solicitar os honorários pelos serviços prestados. O processo é referente a uma ação instaurada por Álvaro Manuel Manteigas Antunes Rei contra o Município de Penamacor e reporta ao seu mandato. -----

Requeru verbalmente ao Senhor Presidente o relatório de avaliação do terreno por baixo da “Estalagem Vila Rica”. -----

O Sr. Presidente António Soares respeitante à questão apresentada, disse que o processo está em análise e ficará resolvido brevemente. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

1 – RATIFICAÇÃO À ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL Nº 7/2018 E ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO Nº 7/2018. -----

Ref.^a _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Foi presente à reunião de câmara despacho do Senhor Presidente da Câmara, de 29 de junho de 2018, que se anexa à presente ata e dela passa a fazer parte integrante. -----

No referido despacho o Senhor Presidente, usando as competências previstas no nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autorizou os Serviços de Contabilidade e Finanças a efetuarem a respetiva alteração. -----

Submetida a ratificação foi aprovada por unanimidade. -----

2 – PROC. N.º MB – 06/2018: “REQUALIFICAÇÃO URBANA DO CENTRO DE ARANHAS” – FORMAÇÃO DE CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Objeto do contrato: Requalificar as infraestruturas viárias, e como resultado beneficiar as condições de circulação e de segurança rodoviária, articulada com a melhoria dos espaços públicos na ótica do peão, promovendo uma vivência urbana de maior qualidade. -----

Compete à Câmara Municipal nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho em conjugação com a alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e a alínea b) do artigo 19.º do Decreto – Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto que alterou e republicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, autorizar a abertura do Concurso Público para formação de contrato de empreitada “Requalificação Urbana do Centro de Aranhas”. -----

1. Procedimento -----

A adoção do procedimento de concurso público, nos termos previstos na alínea b) do artigo 19.º do CCP atualizado. -----

2. Valor Estimado do Contrato -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

O valor estimado do contrato é de € 165 500,00 acrescido de IVA à taxa legal em vigor, encargos esses que têm cabimento no orçamento do corrente ano sob as classificações: Orgânica 02, Económica 07010413 – Outros. A verba disponível este ano é de € 175 430,00 (cento e setenta e cinco mil quatrocentos e trinta euros). -----

3. Critério de Adjudicação -----

Nos termos do n.º 1 do artigo 74.º do CCP atualizado, a adjudicação é feita à proposta economicamente mais vantajosa, determinada por uma das seguintes modalidades: -----

☐ Melhor relação qualidade - preço; -----

☒ Avaliação do preço ou custo. -----

4. Nomeação do Júri -----

Nos termos dos artigos 67.º a 69.º do CCP atualizado, propõe-se que seja nomeado o presente júri: -----

Presidente: Raul Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, Chefe de Divisão; -----

1º Vogal: Maria Helena de Jesus Lopes, Técnica Superior; -----

2º Vogal: Ana Isabel da Conceição Valente, Técnica Superior; -----

1º Suplente: Paulo Alexandre Felizardo Servo, Chefe de Divisão; -----

2º Suplente: José Luís Gil da Silva Leitão, Técnico Superior; -----

5. Contrato -----

☒ Contrato deve ser reduzido a escrito (art. 94.º do CCP atualizado); -----

☐ Inexigibilidade e dispensa de redução do contrato escrito (art. 95.º n.º 1 do CCP atualizado); -----

Contrato de empreitada de obras públicas -----

☐ de complexidade técnica muito reduzida e cujo preço contratual não exceda € 15.000. -----

Contrato de locação ou aquisição de bens móveis ou serviços -----

☐ cujo preço contratual não exceda € 10.000; -----

6. Caução (artigo 88.º do CCP atualizado) -----

☒ É exigível -----



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

☐ Não é exigível, sem retenção de 10% do valor dos pagamentos -----

-

☐ Não é exigível, com retenção de 10% do valor dos pagamentos -----

-

7. Gestor do Contrato -----

Nos termos do artigo 290.º - A do CCP atualizado, propõe-se que seja nomeado o gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução do mesmo: Raul Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, Chefe de Divisão; -----

8. Minutas do Anúncio, Programa do Procedimento e Caderno de Encargos -----

A aprovação do projeto, da minuta do anúncio, do programa do procedimento, bem como do caderno de encargos em anexo, conforme previsto na alínea f) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no n.º 2 do artigo 40.º do CCP atualizado. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente propostas, que dela fazem parte, nomeadamente: Despacho, Informação n.º 127/2018, de 28/jun./2018 e o respetivo Documento de Cabimentação da Despesa. -----

PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO: -----

A abertura do procedimento com recurso a Concurso Público com vista a formação de contrato de empreitada; -----

Autorização para realização de despesa. -----

Aprovação do projeto, minuta do anúncio, programa do procedimento e caderno de encargos, conforme estabelecido na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

Nomeação do júri do procedimento, nos termos do n.º 1 do artigo 67.º, do CCP atualizado, designando os seguintes elementos: -----

Raul Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, Chefe de Divisão, que preside; -----

Maria Helena de Jesus Lopes, Técnica Superior; -----

Ana Isabel da Conceição Valente, Técnica Superior; -----

Paulo Alexandre Felizardo Servo, Chefe de Divisão, 1.º Suplente; -----

José Luís Gil da Silva Leitão, Técnico Superior, 2.º Suplente; -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Nomeação do gestor do procedimento, nos termos do artigo 290.º - A, do CCP atualizado, designando o seguinte elemento: -----

Raul Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, Chefe de Divisão; -----

Mais proponho que a deliberação seja aprovada em minuta, nos termos dos nºs.

3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para que com a maior brevidade possa desencadear-se o procedimento de formação do contrato”. ----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

3 – PROJETO DE “EMPARCELAMENTO SIMPLES” DENOMINADO LOTE II (CASA PIMENTEL). PROPOSTA DE APROVAÇÃO SUBMETIDA À CÂMARA POR JOSÉ FARO DE SOUSA PIMENTEL E IRMÃOS. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“De acordo com os termos da informação 037/DO-OPPOT-2018, tomando em conta o disposto na Lei 111/2015 de 27 de Agosto nos termos do seu Artigo 9º, tendo em consideração que é o Município de Penamacor territorialmente competente para aprovar os projetos/propostas de “Emparcelamento Simples”, iniciativa dos proprietários interessados; tomando ainda em conta que o projeto/proposta apresentada à consideração do município pode ser entendida como uma forma de melhoramento da estrutura fundiária com reflexos no âmbito do uso do solo; potenciando o desenvolvimento da estrutura produtiva; segundo uma economia de escala relativa ao seu potencial uso agrícola e dado que tal prática encontra acolhimento no Regulamento do Plano Diretor Municipal, segundo os seus artigos 2º, 15º e 20º; acha-se possível propor a aprovação da ação de emparcelamento simples pretendida. -----

Não se encontraram quaisquer condicionantes à ação pretendida, sejam de carácter regulamentar do P.D.M; resultantes de planos especiais de ordenamento do território ou outras entendidas como restrições de utilidade pública e servidões administrativas. O projeto/proposta não contradiz o disposto na portaria 219/2016 de 9 de Agosto quanto a “áreas mínimas de

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

cultura” ou quanto à “superfície máxima resultante do redimensionamento de explorações agrícolas”; estando na linha do objetivo pretendido na mesma. ----

Desta forma ponderados todos os aspetos inerentes ao projeto/proposta de emparcelamento em apreço denominada, “Lote II”, propõe-se a aprovação da mesma nos termos da informação 037/DO-OPPOT- 2018, acima referida, aprovando igualmente a minuta de certidão que se inclui na mesma, a qual será o documento de confirmação do ato a fornecer ao requerente”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

4 – PROJETO DE “EMPARCELAMENTO SIMPLES” DENOMINADO LOTE III (CASA PIMENTEL). PROPOSTA DE APROVAÇÃO SUBMETIDA À CÂMARA POR JOSÉ FARO DE SOUSA PIMENTEL E IRMÃOS. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“De acordo com os termos da informação 038/DO-OPPOT-2018, tomando em conta o disposto na Lei 111/2015 de 27 de Agosto nos termos do seu Artigo 9º, tendo em consideração que é o Município de Penamacor territorialmente competente para aprovar os projetos/propostas de “Emparcelamento Simples”, iniciativa dos proprietários interessados; tomando ainda em conta que o projeto/proposta apresentada à consideração do município pode ser entendida como uma forma de melhoramento da estrutura fundiária com reflexos no âmbito do uso do solo; potenciando o desenvolvimento da estrutura produtiva; segundo uma economia de escala relativa ao seu potencial uso agrícola e dado que tal prática encontra acolhimento no Regulamento do Plano Diretor Municipal, segundo os seus artigos 2º, 15º e 20º; acha-se possível propor a aprovação da ação de emparcelamento simples pretendida. -----

Não se encontraram quaisquer condicionantes à ação pretendida, sejam de carácter regulamentar do P.D.M; resultantes de planos especiais de ordenamento do território ou outras entendidas como restrições de utilidade

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

pública e servidões administrativas. O projeto/proposta não contradiz o disposto na portaria 219/2016 de 9 de Agosto quanto a “áreas mínimas de cultura” ou quanto à “superfície máxima resultante do redimensionamento de explorações agrícolas”; estando na linha do objetivo pretendido na mesma. -----

Desta forma ponderados todos os aspetos inerentes ao projeto/proposta de emparcelamento em apreço denominada, “Lote III”, propõe-se a aprovação da mesma nos termos da informação 038/DO-OPPOT- 2018, acima referida, aprovando igualmente a minuta de certidão que se inclui na mesma, a qual será o documento de confirmação do ato a fornecer ao requerente”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

5 – ADJUDICAÇÃO - PROCEDIMENTO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A ABERTURA DE FAIXAS DE INTERRUÇÃO DE COMBUSTÍVEL (FIC) NA REDE PRIMÁRIA DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (DFCI), EM ÁREAS NÃO PRIORITÁRIAS EM 140,52KM. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Tendo sido aberto por deliberação do dia 1 de junho procedimento de concurso público para Abertura de Faixas de Interrupção de Combustível (FIC) na Rede Primária de Defesa da Floresta contra Incêndios (DFCI), em áreas não prioritárias (Proc. EC 04/2018), o júri designado para o procedimento procedeu à análise e avaliação das propostas, realizou audiência prévia e remeteu o relatório final e restante documentação. Propõe então o júri a adjudicação de ambos os lotes a concurso à sociedade Rotaforestal Lda., pelo preço de € 179.128,62 acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo ao lote 1 (zona norte) o preço de € 82.387,50 e ao lote 2 (zona sul) o preço de € 96.741,12. -----

Considerando que, nos termos do artigo 73.º do Código dos Contratos Públicos



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

atualizado, cabe ao órgão competente para a decisão de contratar a decisão de adjudicação mediante a escolha de uma das propostas apresentadas, cabendo ao mesmo órgão aprovar a minuta do contrato conforme o artigo 98º do mesmo diploma, e que essa entidade no presente procedimento é a Câmara Municipal, PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO: -----

1 - Ao abrigo da competência atribuída pela alínea b) do nº 1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, conjugada com o nº 1 do artigo 73º do CCP, adjudicar a execução dos dois lotes às propostas apresentadas pela sociedade Rotaforestal, Lda., pelo preço total de € 179.128,62 acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo ao lote 1 (zona norte) o preço de € 82.387,50 e ao lote 2 (zona sul) o preço de € 96.741, devendo ser notificados os concorrentes nos termos do n.º 1 do artigo 77.º do CCP atualizado; -----

2 - Aprovar a minuta do contrato de prestação de serviços que se anexa à presente proposta, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do Código dos Contratos Públicos atualizado, com vista à sua notificação à sociedade adjudicatária nos termos do nº 1 do artigo 100º do mesmo diploma. -----

Em consequência, será notificada a adjudicatária para efeitos do previsto nos artigos 101º e 102º, para apresentar no prazo de 10 dias os documentos de habilitação previstos no artigo 81º e no mesmo prazo prestar caução no valor de € 8.956,43, correspondente a 5% do preço contratual, o que deverá fazer nos termos e pelos modos previstos no artigo 90.º do CCP". -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

6 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 6.464.547,74 euro e uma despesa também acumulada de 3.425.228,23 euro e depois de rubricados



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

ficam arquivados em anexo à presente ata. -----

-

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram dez horas e trinta minutos, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada.

E eu, _____, Coordenadora Técnica, a redigi e subscrevi. ---

A Coordenadora Técnica

O Presidente da Câmara

Maria do Céu Crucho

António Luís Beites Soares